

A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE NO IMPÉRIO BRASILEIRO (1827-1889): LISTA DE DIRETORES EFETIVOS E LENTES CATEDRÁTICOS

THE FACULTY OF LAW OF RECIFE IN THE BRAZILIAN EMPIRE (1827-1889): LIST OF EFFECTIVE DIRECTORS AND PROFESSORS



Recebimento em 20/11/2020

Aceito em 03/12/2020

Ariel Engel Pessa¹

RESUMO

O presente artigo apresenta a lista cronológica de diretores efetivos e professores catedráticos da Faculdade de Direito de Olinda (fundada em 1827, posteriormente transferida para o Recife em 1854) no Império brasileiro. Embora se saiba quem foram os lentes catedráticos, informações sobre o período efetivo em que lecionaram em sua respectiva cadeira ainda eram desconhecidas no meio acadêmico. Nesta esteira, nosso objetivo foi reconstituir a referida lista, apresentando (i) os anos de nascimento e de falecimento do lente, (ii) o período em que ele ocupou a cátedra, e (iii) onde e quando ele se graduou e fez seu doutoramento. Para tanto, utilizamos de documentos manuscritos e não publicados presentes no Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (com destaque para o **Livro de termo de posse da Faculdade de Direito do Recife (1828-1930)** e as **Atas da Congregação**), das **Memórias Históricas** apresentadas pela Congregação entre 1856 e 1892 e da obra **História da Faculdade de Direito do Recife**, publicada em 1927 por Clovis Bevilacqua. Ao final, concluímos que o corpo docente da Faculdade possuiu um caráter fortemente endógeno, de modo que a maioria dos professores foi formado e se doutorou na própria instituição.

Palavras-chave: Academia de Olinda. Faculdade de Direito do Recife. Diretores Efetivos. Lentes Catedráticos. Ensino Jurídico.

ABSTRACT

This article presents the chronological list of effective directors and full professors of Olinda Law School (founded in 1827, later transferred to Recife in 1854) in the Brazilian Empire. Although it is known who were the full professors, information on the effective period during which they taught in their respective classes was still unknown in the academic environment. In this regard, our goal was to reconstitute this list, presenting (i) the years of birth and death of the professor, (ii) the period in which he occupied the chair, and (iii) where and when he graduated and did his doctorate. For this purpose, we used unpublished manuscript documents present in the Archive of the Faculty of Law of the Federal University of Pernambuco (with emphasis on the **Book of the Term of Tenure of the Faculty of Law of Recife (1828-1930)** and the **Acts of the Congregation**), the **Historical Memoirs** presented by the

¹ Bacharel e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP). Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Doutorando em Direito na FDUSP, na área de Filosofia e Teoria Geral do Direito, com ênfase em História do Direito. Bolsista da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2019/04345-9).

Congregation between 1856 and 1892 and the work **História da Faculdade de Direito do Recife**, published in 1927 by Clovis Bevilacqua. In the end, we concluded that the faculty's teaching staff possessed a strongly endogenous character, so the majority of the professors were graduated and obtained their doctorate in the institution itself.

Keywords: Academy of Olinda. Recife Law School. Effective Directors. Full Professors. Legal teaching.

1 INTRODUÇÃO²

As Faculdades de Direito no Brasil foram fundadas em 1827 por D. Pedro I, uma em São Paulo e outra em Olinda, transferida em 1854 para o Recife³. Sua importância para a cultura jurídica brasileira é enorme, o que é atestado pelas diversas funções que os professores, chamados no século XIX de “lentes”, desempenhavam: além da docência, exerceram as mais diversas atividades no Executivo, Legislativo e, é claro, Judiciário. Com exceção do período anterior e imediatamente posterior à instalação dos cursos, a partir de 1831 o provimento ao cargo de professor se dava mediante concurso para o lugar de lente substituto, que ascendia ao lugar de lente catedrático apenas pelo critério de antiguidade⁴.

Apesar de se saber quem foram os lentes catedráticos do período, até o presente momento não havia um estudo sistemático sobre o período efetivo em que ocuparam a cadeira, o que não poucas vezes era motivo de confusão por parte dos(as) pesquisadores(as), obrigados(as) a ir atrás de fontes variadas e difusas e por vezes conflitantes. Assim, nosso objetivo foi elaborar a lista de diretores efetivos e lentes catedráticos da Faculdade de Direito do Recife no século XIX (1827-1889)⁵, em que consta (i) a data de nascimento e morte, (ii) o local e o ano de graduação e doutoramento e (iii) o período em que ocupou a cátedra (data da posse e data que deixou efetivamente de ocupar a cadeira, por falecimento, aposentadoria, demissão ou permuta). Optamos por manter os nomes e sobrenomes dos lentes conforme a grafia original.

Em termos metodológicos, as principais fontes utilizadas foram: (i) primárias: legislação; documentos (manuscritos e impressos) presentes no Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (com destaque para o **Livro de termo de posse da Faculdade de Direito do Recife (1828-1930)** e as **Atas da Congregação**); e **Memórias**

² Gostaria de agradecer aos funcionários e às funcionárias da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que auxiliaram-me durante a pesquisa, em especial Ingrid Rique da Escóssia Pereira e Elivanda Pereira de Souza, do Arquivo, e Wagner Carvalho, da Biblioteca. Também gostaria de agradecer ao auxílio que me foi prestado pela Aix-Marseille Université, pelo Archivio di Stato di Bologna e pelo Universitätsarchiv Göttingen.

³ Sobre o ensino jurídico no Brasil, cf. VENANCIO FILHO, 2004 e, mais recentemente, ABDOUCH; PESSO, 2020.

⁴ Para o lente substituto tornar-se catedrático, era necessário que o ocupante da cadeira falecesse, fosse jubilado (aposentado), fosse demitido ou permutasse de cadeira.

⁵ Essa lista já existe para a Faculdade de Direito de São Paulo, mas contempla apenas o período em que o catedrático ocupou sua respectiva cadeira, cf. MACHADO JÚNIOR, 2010.

Históricas apresentadas pela Congregação entre 1856 e 1892⁶; (ii) secundárias: a **Lista geral dos Bachareis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife**: desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931, organizada por Henrique Martins (1931); obras de cunho memorialístico (BEVILAQUA, 1927; NESTOR, 1930; PEREIRA, 1977; FERREIRA, 1994); e dicionários (BLAKE, 1883-1902; COSTA, 1882). Também entramos em contato, por e-mail, com arquivos em diferentes países (França, Itália e Alemanha) para obter a máxima precisão no que se refere à graduação e doutoramento dos lentes. Em relação ao ano de nascimento, colhemos informações em fontes oficiais e, em relação ao falecimento, fizemos uso da Hemeroteca Digital Brasileira⁷ para encontrar obituários e notícias sobre o lente. Apesar de nosso esforço, não conseguimos colher algumas informações, que estão assinaladas no corpo do texto com o seguinte sinal: [?].

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na seção 2, mostramos a evolução do currículo ao longo do século XIX. Na seção 3, apresentamos os diretores efetivos entre 1830 e 1890 (na década de 1830, a posição foi ocupada por diversos diretores interinos, normalmente o lente mais antigo). Na seção 4, apresentamos os lentes catedráticos de acordo com a cadeira ocupada, respeitando-se a ordem da referida cadeira por ano e sua nomenclatura (consoante as reformas no ensino jurídico do período⁸). Por fim, na seção 5 fazemos uma conclusão acerca dos dados apresentados e ao final do texto, o(a) leitor(a) encontrará todas as fontes que foram consultadas para a realização do trabalho⁹.

2 O CURRÍCULO

Antes de apresentarmos a lista de diretores efetivos e lentes catedráticos, passemos rapidamente em vista a evolução curricular do ensino jurídico no século XIX:

1) Lei de 1827

1º ano

1ª cadeira – Direito Natural, Público, Análise de Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia

⁶ Não foram localizadas as memórias históricas referentes aos anos de 1880, 1885, 1886, 1887 e 1889.

⁷ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁸ Apenas duas reformas saíram do papel: em 1831 e 1854. Outras reformas com o intuito de modificar-se o currículo foram tentadas em 1865, 1879 e 1885, mas não tiveram efetividade.

⁹ Ainda que não referenciadas diretamente no corpo do texto, todas as fontes primárias e secundárias foram consultadas para a realização do presente levantamento.

2º ano

1ª cadeira – Continuação das matérias do ano antecedente

2ª cadeira – Direito Público Eclesiástico

3º ano

1ª cadeira – Direito Pátrio Civil

2ª cadeira – Direito Pátrio Criminal com a Teoria do Processo Criminal

4º ano

1ª cadeira – Continuação do Direito Pátrio Civil

2ª cadeira – Direito Mercantil e Marítimo

5º ano

1ª cadeira – Economia Política

2ª cadeira – Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império

2) Estatutos de 1831

1º ano

1ª cadeira – Direito Natural Público e Análise da Constituição do Império¹⁰

2º ano

1ª cadeira – Continuação das mesmas matérias. Direito das Gentes e Diplomacia

2ª cadeira – Direito Público Eclesiástico

3º ano

1ª cadeira – Direito Civil Pátrio

2ª cadeira – Direito Pátrio Criminal

4º ano

1ª cadeira – Continuação do Direito Civil Pátrio

¹⁰ O Decreto de 8 de novembro de 1828 ordenou que os Lentes da 1ª cadeira 1º ano e os da 1ª cadeira do 2º ano (continuação) dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais lessem alternadamente nas mesmas cadeiras, o que tornou-se a prática até o final do Império.

2ª cadeira – Direito Marítimo e Mercantil

5º ano

1ª cadeira – Economia Política

2ª cadeira – Teoria e Prática do Processo

3) Estatutos de 1854

1º ano

1ª cadeira – Direito Natural, Direito Público Universal e Análise da Constituição do Império

2ª cadeira – Institutos de Direito Romano

2º ano

1ª cadeira – Continuação das matérias da 1ª cadeira do 1º ano, Direito das Gentes e Diplomacia

2ª cadeira – Direito Eclesiástico

3º ano

1ª cadeira – Direito Civil Pátrio, com a análise e comparação do Direito Romano

2ª cadeira – Direito Criminal, incluído o Militar

4º ano

1ª cadeira – Continuação das matérias da 1ª cadeira do 3º ano

2ª cadeira – Direito Marítimo e Direito Comercial

5º ano

1ª cadeira – Hermenêutica Jurídica, Processo Civil e Criminal, incluído o Militar, e Prática Forense

2ª cadeira – Economia Política

3ª cadeira – Direito Administrativo

4) Estatutos de 1865 (não foram implementados)

- Seção de Ciências Jurídicas:

1º ano

1ª cadeira – Direito Natural privado e público

2ª cadeira – Direito Romano

2º ano

1ª cadeira – Análise da Constituição

2ª cadeira – Direito Criminal, Análise do Código

3º ano

1ª cadeira – Direito Civil pátrio com análise, e comparação do Direito Romano

2ª cadeira – Direito Comercial e Marítimo; análise do Código

4º ano

1ª cadeira – Continuação das matérias da 1ª Cadeira do 3º ano

2ª cadeira – Teoria e Prática do Processo

3ª Cadeira – Direito Eclesiástico

- Secção de Ciências Sociais:

1º ano

1ª cadeira – Direito Natural privado e público

2º ano

1ª cadeira – Análise da Constituição.

2ª cadeira – Direito Internacional e Diplomacia

3º ano

1ª cadeira – Direito Administrativo

2ª cadeira – Economia Política

3ª cadeira – Direito Eclesiástico

5) Reforma de 1879 (não foi implementada; a divisão não se deu por cadeiras)

- Curso de ciências jurídicas: Direito Natural, Direito Romano, Direito Constitucional, Direito Eclesiástico, Direito Civil, Direito Criminal, Medicina Legal, Direito Comercial, Teoria do processo criminal, civil e comercial, e uma aula prática do mesmo processo.

- Curso de ciências sociais seriam Direito Natural, Direito Público Universal, Direito Constitucional, Direito Eclesiástico, Direito das Gentes, Diplomacia e História dos Tratados, Direito Administrativo, Ciência da Administração e Higiene Pública, Economia Política, e Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado.

6) Estatutos de 1885 (não foram implementados)

- Curso de Ciências Jurídicas:

1ª série

Direito natural

Direito constitucional

Direito eclesiástico

2ª série

Direito romano.

Direito criminal (1ª cadeira)

3ª série

Direito criminal, incluído o direito militar (2ª cadeira)

Direito civil (1ª cadeira)

4ª série

Direito civil (2ª cadeira)

Direito comercial (1ª cadeira)

5ª série

Direito comercial, incluído o direito marítimo (2ª cadeira)

Medicina legal

6ª série

Processo criminal, prática do mesmo processo, e hermenêutica jurídica

Processo civil, processo comercial, e prática dos mesmos processos

História do direito nacional

- Curso de Ciências Sociais:

1ª série

Direito natural

Direito público universal

Direito eclesiástico

2ª série

Direito constitucional

Direito das gentes

3ª série

Diplomacia e história dos tratados

Ciência da administração e direito administrativo (1ª cadeira)

4ª série

Ciência da administração e direito administrativo (2ª cadeira)

Economia política

5ª série

Ciência das finanças e contabilidade do Estado

Higiene pública

Legislação comparada sobre o direito privado (noções)

3 DIRETORES EFETIVOS¹¹

- Pedro de Araujo Lima¹² (Marquês de Olinda) (1793-1870): em 1830¹³.

¹¹ Entre 1828 e 1844 vários foram os diretores interinos, posição normalmente ocupada pelo lente mais antigo.

- Antonio Peregrino Maciel Monteiro¹⁴ (Barão de Itamaracá) (1804-1868): entre 1839 e 1844, quando foi exonerado.
- Bispo D. Thomaz de Noronha¹⁵ (1770-1847): entre 1844 e 1847, quando faleceu.
- Conego Miguel do Sacramento Lopes Gama¹⁶(1791-1852): entre 1847 e 1849, quando foi exonerado.
- Desembargador Bernardo José da Gama¹⁷ (Visconde de Goyanna) (1782-1854): entre 1850 e 1854, quando faleceu.
- Dr. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque¹⁸(Visconde de Camaragibe) (1806-1875): entre 1854 e 1875, quando foi exonerado.
- Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira¹⁹ (1835-1919): entre 1876 e 1887, quando foi nomeado Conselheiro de Estado.
- Conselheiro Dr. João Silveira de Souza²⁰ (1824-1906): entre 1889 e 1890, quando foi jubulado.

4 LENTES CATEDRÁTICOS: AS CADEIRAS

1º ano

1ª cadeira – Direito Natural, Direito Público Universal e Análise da Constituição do Império

¹² Graduação na Universidade de Coimbra em 1817 e doutoramento na mesma instituição em 1819.

¹³ Ficou poucos meses no exercício do cargo (BEVILAQUA, 1927, v. 1, p. 109). Em estudo dedicado à vida do Marquês de Olinda, Câmara Cascudo sequer menciona sua passagem pela diretoria da Faculdade (CASCUDO, 1938).

¹⁴ Graduação na Universidade de Paris – bacharel em letras em 1824 e em ciências em 1826 – e doutoramento em Medicina na mesma instituição em 1829.

¹⁵ Ordenado padre em 1794, bispo de Conchin (Índia) entre 1819 e 1828 e bispo de Olinda entre 1828 e 1829, quando renunciou. Informações obtida em <http://www.gcatholic.org/dioceses/diocese/olin0.htm#15911> e <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bnorbr.html>. Acesso em: 17 jan. 2020.

¹⁶ Iniciou os estudos eclesiais no Mosteiro de São Bento de Olinda e recebeu as últimas ordens religiosas beneditinas na Bahia.

¹⁷ Graduação na Universidade de Coimbra em 1807.

¹⁸ Antes, ele havia sido nomeado para a Faculdade de Direito de São Paulo em 1829. Segundo as fontes, ele teria ido em 1821 para Portugal cursar Direito em Coimbra, onde permaneceu por 2 anos e, em seguida, concluiu o curso na Universidade de Göttingen, onde doutorou-se em 1827 (COSTA, 1882, p. 746 e BEVILAQUA, 1927, v. 2, p. 211). Contudo, ao pedirmos informações diretamente ao UniversitätsarchivGöttingen, não foi localizado nenhum aluno ou doutor que por lá tenha passado com o nome Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (e suas variantes: “Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque”, “Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque”, “Pedro Francisco de Paula Cavalcante d’Albuquerque”).

¹⁹ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1856 e doutoramento na mesma instituição em 1858.

²⁰ Graduação na Faculdade de Direito de São Paulo em 1849 e doutoramento na Faculdade de Direito do Recife em 1855.

- Nomenclatura: “Direito Natural, Público, Análise de Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia” (1827), “Direito Natural Público e Análise da Constituição do Império” (1831) e “Direito Natural, Direito Público Universal e Análise da Constituição do Império” (1854).

- Lentes catedráticos

- Joaquim Gaspar de Almeida²¹ ([?]-1855): nomeado em 1827, não tomou posse.
- Lourenço José Ribeiro²² (1796-1864): em 1828. Em 1829, foi transferido para a cadeira de Direito Civil.
- Pedro Autran da Matta e Albuquerque²³ (1805-1881): entre 1830 e 1855, quando foi transferido para a cadeira de Economia Política.
- José Bento da Cunha e Figueiredo²⁴ (Visconde de Bom Conselho) (1808-1891): entre 1855 e 1858, quando foi transferido para a cadeira de Direito Romano.
- José Antonio de Figueiredo²⁵ (1823-1876): entre 1858 e 1876, quando faleceu.
- Joaquim Corrêa de Araujo²⁶ (Conde Corrêa de Araújo) (1844²⁷-1927): entre 1876 e 1878, quando foi transferido para cadeira de Direito Civil.
- Antonio Coelho Rodrigues²⁸ (1846-1912): entre 1878 e 1891, quando a cadeira foi extinta²⁹. O lente foi jubulado em fevereiro de 1891.

2ª cadeira – Direito Romano

- Nomenclatura: “Institutos de Direito Romano” (1854).

- Lentes catedráticos

- Manoel Mendes da Cunha Azevedo³⁰ (1797-1858): entre 1855 e 1858.

²¹ Graduação na Universidade de Coimbra em 1801. Sem informações sobre seu doutoramento.

²² Graduação na Universidade de Coimbra em 1823. Sem informações sobre seu doutoramento.

²³ Graduação na Universidade de Aix em 1826 e doutoramento na mesma instituição em 1827 (segundo informações da **Table alphabétique des gradués ayant soutenu leur thèse devant la faculté de droit d'Aix, depuis l'année 1814 jusqu'à l'année 1880**). Ele também obteve doutoramento na Faculdade de Direito do Recife em 1835.

²⁴ Ver 2ª cadeira do 2º ano.

²⁵ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1840 e doutoramento na mesma instituição em 1850.

²⁶ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1864 e doutoramento na mesma instituição em 1868.

²⁷ O jornal **A Província** (Recife, anno LVI, n. 83, de 9 de abril de 1927, p. 1) indica a data de 4 de maio de 1845, mas no **Livro de Registro de diplomas de Doutores (1833-1883)**, p. 15, consta que ele nasceu em 24 de janeiro 1844.

²⁸ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1866 e doutoramento na mesma instituição em 1870.

²⁹ A cadeira de direito natural foi extinta pela Reforma Benjamin Constant (decreto nº 1.232-H, de 2 de janeiro de 1891), que em seu lugar instituiu a cadeira de Filosofia do Direito.

- José Bento da Cunha e Figueiredo³¹ (Visconde de Bom Conselho) (1808-1891): entre 1858 e 1870, quando foi jubulado.
- João José Pinto Junior³² (1832-1892): entre 1870 e 1891, quando foi jubulado.

2º ano

1ª cadeira – Continuação das matérias da 1ª cadeira do 1º ano, Direito das Gentes e Diplomacia

- Nomenclatura: “Continuação das matérias do ano antecedente” (1827), “Continuação das mesmas matérias. Direito das Gentes e Diplomacia” (1831) e “Continuação das matérias da 1ª cadeira do 1º ano, Direito das Gentes e Diplomacia” (1854).

- Lentes catedráticos

- Manoel Caetano Soares³³ ([?]-1857): nomeado em 1827, não tomou posse.
- Antonio Maria de Moura³⁴ (1794-1842): nomeado em 1828, não tomou posse.
- João José de Moura Magalhães³⁵ (1790[?]-1850): entre 1828 e 1834, quando foi demitido.
- João Capistrano Bandeira de Mello³⁶ (1811-1881): entre 1835 e 1858, quando foi transferido para a cadeira de Direito Comercial.
- Braz Florentino Henriques de Souza³⁷ (1825-1870): entre 1858 e 1861, quando foi transferido para a cadeira de Direito Civil.
- João Silveira de Souza³⁸ (1824-1906): 1861 e 1890, quando foi jubulado.
- Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos³⁹ (1850-1908): entre 1890 e 1891, quando a cadeira foi extinta⁴⁰. O lente foi jubulado em fevereiro de 1891.

2ª cadeira – Direito Eclesiástico

³⁰ Graduação na Universidade de Bolonha em 1832. Não há informações sobre seu doutoramento (o Archiviodi Statodi Bologna localizou informações sobre a graduação, mas não sobre o doutoramento).

³¹ Ver 2ª cadeira do 2º ano.

³² Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1855 e doutoramento na mesma instituição em 1857.

³³ Graduação na Universidade de Coimbra em 1820. Sem informações sobre seu doutoramento.

³⁴ No ano seguinte (1829) ele foi nomeado lente na Faculdade de Direito de São Paulo, onde lecionou até 1842, quando faleceu (MACHADO JR, 2009, p. 57 e 67).

³⁵ Graduação na Universidade de Coimbra em 1827. Sem informações sobre seu doutoramento.

³⁶ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1833 e doutoramento na mesma instituição em 1834.

³⁷ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1850 e doutoramento na mesma instituição em 1851.

³⁸ Ver diretores efetivos.

³⁹ Ver 2ª cadeira do 5º ano.

⁴⁰ Conforme dito acima, a cadeira de direito natural foi extinta pela Reforma Benjamin Constant em 1891.

- Nomenclatura: “Direito Público Eclesiástico” (1827 e 1831) e “Direito Eclesiástico” (1854)

- Lentes catedráticos

- Pe. Manoel José da Silva Porto⁴¹ ([?]-1860[?]): entre 1828 e 1835, quando deixou⁴² a Academia.
- José Bento da Cunha e Figueiredo⁴³ (Visconde de Bom Conselho) (1808-1891): entre 1836⁴⁴ e 1855, quando foi transferido para a cadeira de Direito Natural.
- Jeronimo Villela de Castro Tavares⁴⁵ (1815-1869): entre 1855 e 1869, quando faleceu.
- João Capistrano Bandeira de Mello Filho⁴⁶ (1836-1905): entre 1869 e 1881, quando foi transferido para a cadeira de Hermenêutica Jurídica, Processo Civil e Criminal, incluído o Militar, e Prática Forense.
- Graciliano de Paula Baptista⁴⁷ (1840-1886): entre 1881 e 1886, quando faleceu.
- José Joaquim Seabra⁴⁸ (1855-1942): entre 1886 e 1887, quando foi transferido para a cadeira de Economia Política.
- Joaquim de Albuquerque Barros Guimarães⁴⁹ (1851⁵⁰-1896): entre 1887 e 1890, quando foi extinta⁵¹. Em 1891, foi transferido para a cadeira de Direito Comercial.

3º ano

1ª cadeira – Direito Civil

- Nomenclatura: “Direito Pátrio Civil” (1827), “Direito Civil Pátrio” (1831) e “Direito Civil Pátrio, com a análise e comparação do Direito Romano” (1854).

⁴¹ Graduação na Universidade de Coimbra em 1827. Sem informações sobre seu doutoramento.

⁴² Segundo a correspondência entre o diretor e o Ministro do Império de 30 de junho de 1835, Manoel José da Silva Porto assumiu naquele ano o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Villa Nova do Rio de S. Francisco, em Sergipe (**Correspondência do Ministro com o Director do Curso Juridico (1828-1868)**, p. 76-76v). Provavelmente, figurou como catedrático da Academia até 1836.

⁴³ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1833 e doutoramento na mesma instituição em 1834.

⁴⁴ Ele tomou posse como lente catedrático interino em fevereiro de 1836 e como lente catedrático efetivo em agosto de 1836.

⁴⁵ Ver 2ª cadeira do 4º ano.

⁴⁶ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1856 e doutoramento na mesma instituição em 1858.

⁴⁷ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1861 e doutoramento na mesma instituição em 1866.

⁴⁸ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1877 e doutoramento na mesma instituição em 1878.

⁴⁹ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1874 e doutoramento na mesma instituição em 1878.

⁵⁰ Sacramento Blake (v. 4, 1898, p. 74) e Clovis Bevilacqua (1927, v. 2, p. 77) indicam a data de 9 de dezembro de 1852, mas no **Livro de Registro de diplomas de Doutores (1833-1883)**, p. 21v, consta que ele nasceu em 9 de dezembro de 1851.

⁵¹ Decreto nº 1.036, de 14 de novembro de 1890.

- Lentes catedráticos

- João da Rocha Dantas e Mendonça⁵² (ca. 1770[?]-[?]): nomeado em 1829, não tomou posse.
- Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁵³ (Visconde de Camaragibe) (1806-1875): entre 1831 e 1851, quando foi jubulado.
- Nuno Ayque d'Alvellos Annes de Britto Inglês⁵⁴ (1811-1860): entre 1851 e 1860, quando faleceu.
- Braz Florentino Henriques de Souza⁵⁵ (1825-1870): entre 1861 e 1870, quando faleceu.
- Aprigio Justiniano da Silva Guimarães⁵⁶ (1831⁵⁷-1880): entre 1870 e 1871, quando foi transferido para a cadeira de Economia Política.
- Tarquinio Braulio de Souza Amarantho⁵⁸ (1829-1894): entre 1871 e 1891, quando foi jubulado.

2ª cadeira – Direito Criminal

- Nomenclatura: “Direito Pátrio Criminal com a Teoria do Processo Criminal” (1827), “Direito Pátrio Criminal” (1831) e “Direito Criminal, incluído o Militar” (1854).

- Lentes catedráticos

- Lourenço José Ribeiro⁵⁹ (1796-1864): entre 1829 e 1831. Foi demitido em 1832.
- Filipe Jansen de Castro Albuquerque⁶⁰ (1800-1878): entre 1832⁶¹ e 1855, quando foi jubulado.
- João José Ferreira de Aguiar⁶² (Barão de Catuama) (1810-1888): entre 1855 e 1884, quando foi jubulado.

⁵² Graduação na Universidade de Coimbra em 1800 e doutoramento na mesma instituição em 1801.

⁵³ Ver diretores efetivos.

⁵⁴ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1835 e doutoramento na mesma instituição em 1836.

⁵⁵ Ver 1ª cadeira do 1º ano.

⁵⁶ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1851 e doutoramento na mesma instituição em 1856.

⁵⁷ Sacramento Blake (v. 1, 1883, p. 331) e Clovis Bevilacqua (1927, v. 2, p. 50) indicam a data de 3 de janeiro de 1832, mas no **Livro de Registro de diplomas de Doutores (1833-1883)**, p. 8-8v, consta que ele nasceu em 3 de janeiro de 1831.

⁵⁸ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1857 e doutoramento na mesma instituição em 1859.

⁵⁹ Ver 1ª cadeira do 1º ano.

⁶⁰ Matriculado em Coimbra em 1821, mas sem informações sobre sua formatura (MORAIS, 1949, p. 435). O Arquivo da Universidade de Coimbra, por sua vez, aponta que ele se matriculou em 1822, mas também não possui informações sobre sua formatura. Doutoramento na Faculdade de Direito do Recife 1835.

⁶¹ Ele tomou posse como lente catedrático interino em março de 1832 e como lente catedrático efetivo em junho de 1832.

- João Vieira de Araujo⁶³ (1844-1922): entre 1884 e 1907, quando foi jubilado.

4º ano

1ª cadeira – Continuação de Direito Civil

- Nomenclatura: “Continuação do Direito Pátrio Civil” (1827), “Continuação do Direito Civil Pátrio” (1831) e “Continuação das matérias da 1ª cadeira do 3º ano” (1854).

- Lentes catedráticos

- Pe. Antonio José Coelho⁶⁴ (1788⁶⁵-1860): entre 1832 e 1855, quando foi jubilado.
- Jeronimo Villela de Castro Tavares⁶⁶ (1815-1869): empossado em junho de 1855, em agosto foi transferido para a cadeira de Direito Eclesiástico.
- Lourenço Trigo de Loureiro⁶⁷ (1793-1870): entre 1855 e 1870, quando faleceu.
- Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond⁶⁸ (1819-1878): entre 1871 e 1878, quando faleceu.
- Joaquim Corrêa de Araujo⁶⁹ (Conde Corrêa de Araujo) (1845-1927): entre 1878 e 1891, quando foi jubilado.

2ª cadeira – Direito Comercial e Marítimo

- Nomenclatura: “Direito Mercantil e Marítimo” (1827), “Direito Marítimo e Mercantil” (1831) e “Direito Marítimo e Direito Comercial” (1854).

- Lentes catedráticos

- Pedro Cerqueira Lima⁷⁰ ([?]-1881): nomeado (data incerta), mas demitido em 1830.

⁶² Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1832 e doutoramento na mesma instituição em 1855.

⁶³ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1864 e doutoramento na mesma instituição em 1873.

⁶⁴ Graduação na Universidade de Coimbra em 1819 e doutoramento na Faculdade de Direito do Recife em 1835.

⁶⁵ É o que indica o **Livro de Registro de diplomas de Doutores(1833-1883)**. Quando de seu falecimento em 1860, o jornal **Diário de Pernambuco** (ano XXXVI, n. 135, 12 de junho de 1860, p. 2) afirmava ter ele 80 anos, logo teria nascido em 1780.

⁶⁶ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1857 e doutoramento na mesma instituição em 1859.

⁶⁷ Ver 1ª cadeira do 5º ano.

⁶⁸ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1849 e doutoramento na mesma instituição em 1861.

⁶⁹ Ver 1ª cadeira do 1º ano.

⁷⁰ Matriculado em Coimbra em 1822, mas sem informações sobre sua formatura (MORAIS, 1949, p. 442). A mesma informação consta do Arquivo da Universidade de Coimbra. Sem informações sobre seu doutoramento.

- Marcos Antonio de Araujo Abreu⁷¹ (Visconde de Itajubá) (1805-1884): entre 1831 e 1836[?]⁷², quando foi demitido.
- Pe. Francisco Joaquim das Chagas⁷³ (1799-1860): entre 1837⁷⁴ e 1855, quando foi jubilado.
- Joaquim Villela de Castro Tavares⁷⁵ (1810⁷⁶-1858): entre 1855 e 1858, quando faleceu.
- João Capistrano Bandeira de Mello⁷⁷ (1811-1881): entre 1858 e 1861, quando foi jubilado.
- Manoel do Nascimento Machado Portella⁷⁸ (1833-1907): entre 1861 e 1881, quando foi jubilado.
- Francisco Pinto Pessoa⁷⁹ (1828-1891): entre 1881 e 1891, quando foi jubilado.

5º ano

1ª cadeira/2ª cadeira a partir de 1854 – Economia Política

- Nomenclatura: “Economia Política” (1827, 1831 e 1854).

- Lentes catedráticos

- Manoel Maria do Amaral⁸⁰ (1801-1879): entre 1832 e 1852, quando foi jubilado.
- Lourenço Trigo de Loureiro⁸¹ (1793-1870): entre 1852 e 1855, quando foi transferido para a cadeira de Direito Civil.
- Pedro Autran da Matta e Albuquerque⁸² (1805-1881): entre 1855 e 1870, quando foi jubilado.

⁷¹ Sem informações sobre sua graduação e seu doutoramento.

⁷² Não conseguimos localizar a data exata em que ele foi demitido e há uma lacuna nas atas da congregação dos anos de 1835 e 1836. Como seu sucessor de cátedra tomou posse interinamente em novembro de 1836, é provável que ele tenha sido demitido nesse ano.

⁷³ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1832 e doutoramento na mesma instituição em 1833.

⁷⁴ Ele tomou posse como lente catedrático interino em novembro de 1836 e como lente catedrático efetivo em janeiro de 1837.

⁷⁵ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1836 e doutoramento na mesma instituição em 1840.

⁷⁶ Informação do **Livro de Registro de diplomas de bacharéis (1832-1848)**, p. 110, no qual consta que ele nasceu em 07 de dezembro de 1810. Sacramento Blake (v. 4, 1898, p. 253) e Clovis Bevilacqua (1927, v. 2, p. 22) indicam a data de 2 de fevereiro de 1816. Muniz Tavares e Gláucio Veiga (1984, v. 4, p. 297, nota 2) indicam a data de 2 de janeiro de 1818.

⁷⁷ Ver 1ª cadeira do 2º ano.

⁷⁸ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1855 e doutoramento na mesma instituição em 1856.

⁷⁹ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1856 e doutoramento na mesma instituição em 1858.

⁸⁰ Sem informações sobre sua graduação. Doutoramento na Faculdade de Direito do Recife em 1839.

⁸¹ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1832 e doutoramento na mesma instituição em 1833.

⁸² Ver 1ª cadeira do 1º ano.

- Aprigio Justiniano da Silva Guimarães⁸³ (1832-1880): entre 1871 e 1880, quando faleceu.
- José Joaquim Tavares Belfort⁸⁴ (1840-1887): entre 1881 e 1887, quando faleceu.
- José Joaquim Seabra⁸⁵ (1855-1942): entre 1887 e 1901⁸⁶, quando foi posto em disponibilidade.

2ª cadeira/1ª cadeira a partir de 1854 – Teoria e Prática do Processo

- Nomenclatura: “Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império” (1827), “Teoria e Prática do Processo” (1831) e “Hermenêutica Jurídica, Processo Civil e Criminal, incluído o Militar, e Prática Forense” (1854).

- Lentes catedráticos

- Francisco de Paula Baptista⁸⁷ (1811-1881): entre 1835 e 1881, quando foi jubulado.
- João Capistrano Bandeira de Mello Filho⁸⁸ (1836-1905): entre 1881 e 1887, quando foi jubulado.
- Tobias Barreto de Menezes⁸⁹ (1839-1889): entre 1887 e 1889, quando faleceu.
- Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos⁹⁰ (1850-1908): entre 1889 e 1890, quando foi transferido para a cadeira de Direito Natural.

3ª cadeira – Direito Administrativo (3ª cadeira do 5º ano/1854)

- Nomenclatura: “Direito Administrativo” (1854).

- Lentes catedráticos

- Zacarias de Góes Vasconcellos⁹¹ (1815-1877): entre 1855 e 1857, quando foi jubulado.
- Vicente Pereira do Rego⁹² (1812-1877): entre 1857 e 1877, quando faleceu.

⁸³ Ver 1ª cadeira do 3º ano.

⁸⁴ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1861 e doutoramento na mesma instituição em 1867.

⁸⁵ Ver 2ª cadeira do 2º ano.

⁸⁶ Ele acompanhou as mudanças pelas quais a cadeira de Economia Política passou na década de 1890, com o Decreto nº 1.232-H, de 2 de janeiro de 1891, a Lei nº 314, de 30 de outubro 1895 e o Decreto nº 2.226, de 1º de fevereiro de 1896. A partir de 1901 (Decreto nº 3.903, de 12 de janeiro de 1901), ele foi posto em disponibilidade e assim permaneceu.

⁸⁷ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1833 e doutoramento na mesma instituição em 1834.

⁸⁸ Ver a 2ª cadeira do 2º ano.

⁸⁹ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1869 e doutoramento na mesma instituição em 1882.

⁹⁰ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1875 e doutoramento na mesma instituição em 1878.

⁹¹ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1837 e doutoramento na mesma instituição em 1840.

- João Thomé da Silva⁹³ (1842⁹⁴-1884): entre 1877 e 1884, quando faleceu.
- José Hygino Duarte Pereira⁹⁵ (1849⁹⁶-1901): entre 1884 e 1891, quando foi jubulado.

5 CONCLUSÃO

Pela análise da evolução curricular do ensino jurídico no século XIX pode-se perceber que não houve grandes alterações, de modo que a proposta curricular da lei de 11 de agosto de 1827 manteve-se praticamente inalterada. Digno de nota é a inclusão das cadeiras de Direito Romano e de Direito Administrativo a partir de 1854. Outro ponto a ser considerado é a tentativa, desde 1865, em separar-se o curso em duas seções, uma de ciências jurídicas e outra de ciências sociais, medida esta que só obteve êxito a partir da República.

O corpo de diretores efetivos apenas se estabilizou a partir da década de 1850, com destaque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Camaragibe, que permaneceu no cargo por mais de duas décadas (entre 1854 e 1875). Até a referida década, a diretoria era ocupada majoritariamente por diretores interinos (em regra, o lente catedrático mais antigo).

Em relação ao corpo docente da Faculdade de Direito do Recife, podemos afirmar que de início foram contratados professores formados em Coimbra e alguns poucos jovens recém formados em Olinda, sendo que este período inicial (principalmente a década de 1830) é marcado pela alta rotatividade dos lentes. É também a partir da década de 1850 que há uma estabilização, isto é, os lentes passam a ocupar suas respectivas cadeiras por maiores períodos de tempo, o que favorece sua coesão (que se mantém até o advento da República).

Por fim, há que se destacar que ao longo do século XIX a instituição possuiu um corpo docente majoritariamente endógeno, isto é, os lentes catedráticos foram em sua maioria graduados e/ou obtiveram seu doutoramento na instituição: entre 1828 e 1832, nove lentes catedráticos foram empossados, sendo quatro formados em Coimbra, um em Aix e um (provavelmente) em Göttingen (não possuímos informação sobre a formação dos outros três lentes). A primeira turma formou-se em 1832 e a partir de 1833, todos os lentes formaram-se na

⁹² Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1840 e doutoramento na mesma instituição em 1855.

⁹³ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1864 e doutoramento na mesma instituição em 1865.

⁹⁴ Sacramento Blake (v. 4, 1898, p. 60) indica a data de 25 de janeiro de 1842, mas Clovis Bevilacqua (1927, v. 1, p. 188) e o **Livro de Registro de diplomas de Doutores (1833-1883)**, p. 14, indicam que ele nasceu em 25 de janeiro de 1843.

⁹⁵ Graduação na Faculdade de Direito do Recife em 1867 e doutoramento na mesma instituição em 1876.

⁹⁶ Sacramento Blake (v. 4, 1898, p. 452) e Clovis Bevilacqua (1927, v. 2, p. 69) indicam a data de 22 de janeiro de 1847, mas no **Livro de Registro de diplomas de Doutores (1833-1883)**, p. 21, consta que ele nasceu em 22 de janeiro de 1849.

própria Faculdade, com exceção apenas de Manoel Mendes da Cunha Azevedo e João Silveira de Souza (formados em Bolonha e São Paulo, respectivamente). No que tange ao doutoramento, tal caráter endógeno fica ainda mais evidente: dos quarenta e dois lentes catedráticos empossados entre 1828 e 1889, trinta e sete obtiveram o título na instituição, ao passo que dentre os restantes, um (provavelmente) o obteve em Göttingen e não temos informações sobre os outros cinco (em todo o caso, foram formados até 1832 e, portanto, não podem ter obtido o doutoramento pela Academia de Olinda, uma vez que o primeiro a obtê-lo foi Francisco Joaquim das Chagas em 1833).

REFERÊNCIAS

ABDOUCH, Rafael Parisi; PESSO, Ariel Engel. Ensino do Direito. In: AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima; SLEMIAN, Andréa (org.). **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)**. v. 1. São Paulo: Alameda, 2020, p. 351-378.

AGUIAR, João José Ferreira de. **Memoria Historica do anno de 1870 pelo Dr. João José Ferreira de Aguiar**. Recife: [S. n.], 1871. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31977>. Acesso em: 15 dez. 2019.

AMARANTO, Tarquinio Braulio de Souza. **Memoria Historico-Academica do anno de 1868 lida perante a Congregação pelo Dr. Tarquinio Braulio de Souza Amaranto, Lente substituto**. Recife: [S.n.], 1869. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31975>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ARAUJO, João Vieira de. **Memoria Historico-Academica do anno de 1879, lida em sessão da Congregação de 28 de Fevereiro de 1880 pelo Dr. João Vieira de Araujo, Lente substituto**. Recife: [S.n.], 1880. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31985>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ARAUJO, Joaquim Corrêa de. **Memoria Historica Academica de 1877 pelo Dr. Joaquim Corrêa de Araujo**. Recife: [S.n.], 1878. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31983>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO dos antigos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – ARCADAS. Disponível em: http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php. Acesso em: 18 nov. 2020.

AUTOR e CO-AUTOR. O Ensino de Direito no Brasil. *In*: Livro. 2020.

BAPTISTA, Francisco de Paula. **Memoria Historica dos acontecimentos mais notaveis do anno findo apresentada pelo Dr. Francisco de Paula Baptista, Lente da 1ª cadeira do 5º anno da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Typographia Universal, 1858. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31754>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BAPTISTA, Graciliano de. **Memoria Historica dos acontecimentos mais notaveis da Faculdade de Direito do Recife no anno de 1872 pelo Dr. Graciliano de Paula Baptista, Lente Substituto da mesma Faculdade.** Recife: [S.n.], 1873. (Cópia manuscrita localizada na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo).

BELFORT, Joaquim Tavares. **Memoria Historica Academica do anno de 1873 apresentada em sessão da Congregação aos 2 de Maio de 1874 pelo Dr. Joaquim Tavares Belfort, Lente substituto da mesma Faculdade.** Recife: [S.n.], 1874. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31979>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife.** São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1927.2 v.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. 7 v. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942.v. 62.

BRASIL. Decreto de 7 de novembro de 1831. Approva provisoriamente os novos estatutos para os Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes do Imperio. **Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.p. 185. Parte 1.

BRASIL. Decreto nº 1.386, de 28 de abril de 1854. Dá novos Estatutos aos Cursos Juridicos. **Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1854.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854.p. 169.t. 17. Parte 2.

BRASIL. Decreto nº 3.454, de 26 de abril de 1865. Dá novos Estatutos ás Faculdades de Direito do Imperio. **Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1865.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865, p. 169.t. 28. Parte 2.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. **Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1879.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.p. 196.t. 42. Parte 2.

BRASIL. Decreto nº 9.360, de 17 de janeiro de 1885. Dá novos Estatutos ás Faculdades de Direito. **Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1885.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886. p. 26.t. 48. Parte 2.

BRASIL. Decreto nº 9.522, de 28 de janeiro de 1885. Suspende a execução dos Estatutos das Faculdades de Direito mandados observar pelo Decreto nº 9360 de 17 de janeiro do corrente anno. **Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1885.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886.p. 755.t. 48. Parte 2.

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Crêadous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. **Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1827.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1827.p. 5. Parte 1.

CAMARA, Phaelanteda. **Memoria historica da Faculdade do Recife, anno de 1903.** Recife: Imprensa Industrial, 1904.

CAMARA, Phaelanteda. Tradições acadêmicas. **A Cultura Acadêmica**, anno3, v. 3, t. 1, fasc. 1-3, p. 21-34, 1906.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793-1870)**. São Paulo: Nacional, 1938.

CIRNE, Adolpho Tacio da Costa. **Memoria Historica-Academica de 1888 pelo Doutor Adolpho Tacio da Costa Cirne em sessão de Congregação de 1º de Maio de 1889**. [S.l.]: [S.n.], 1889. (Cópia manuscrita localizada na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco).

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Diccionariobiographico de pernambucanos celebres**. Recife: Typ. Universal, 1882. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687>. Acesso em: 17 jan. 2020.

COSTA, Pereira da. A Faculdade de Direito nos Annaes Pernambucanos. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, v./anno30, p. 39-66, 1923.

DRUMMOND, Antonio de Vasconcellos Menezes de. **Memoria Historica Academica apresentada á Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito do Recife na sessão de 15 de Março de 1864 pelo Dr. Antonio de Vasconcellos Menezes de Drummond, Lente substituto da mesma Faculdade**. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1864. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31786>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FIGUEIREDO, José Antonio de. **Memoria-Historica Academica apresentada á Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito do Recife na primeira sessão do corrente anno pelo Dr. José Antonio de Figueiredo**. Recife: Typographia Universal, 1857. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31782>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GUIMARÃES, Aprigio Justiniano da Silva. **Memoria Historica Academica apresentada na primeira sessão do anno de 1860 á Faculdade de Direito do Recife na forma do artigo 164 dos estatutos pelo Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães**. Recife: Typographia Universal, 1860.

GUIMARÃES, Joaquim de Albuquerque Barros. **Memoria Historica-Academica do anno de 1882, lida em sessão da Congregação de 28 de Fevereiro de 1883 pelo Dr. Joaquim de Albuquerque Barros Guimarães, Lente substituto**. Recife: [S.n.], 1883. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31987>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ÍNDICE de alunos da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=264605>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MACHADO JÚNIOR, Armando Marcondes. **Cátedras e catedráticos**: Curso de Bacharelado Faculdade de Direito Universidade de São Paulo, 1827-2009. São Paulo: MAGEART, 2010.

MARTINS, Henrique. **Lista geral dos Bachareis e Doutores que têm obtido o respectivo gráu na Faculdade de Direito do Recife**: desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931. 2a ed. Recife: Typographia Diário da Manhã, 1931. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3497>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MELLO, João Capistrano Bandeira de. **Memoria HistoricaAcademica apresentada á Faculdade de Direito do Recife no anno de 1861 pelo Dr. João Capistrano Bandeira de Mello.** Recife: Typographia Universal, 1861. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31784>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. **Memoria HistoricaAcademica apresentada á Faculdade de Direito do Recife no anno de 1862 pelo Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.** Recife: Typographia Universal, 1862. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31785>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MENEZES, José Honório Bezerra de. **Memoria Histórico-Academica dos acontecimentos notaveis da Faculdade de Direito do Recife no ano de 1864.** Recife: [S.n.], 1865. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31971>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MENEZES, Tobias Barreto de. **Memoria Historica-Academica do anno de 1883, lida em sessão da Congregação do 1 de Março de 1884 pelo Dr. Tobias Barreto de Menezes.** Recife: [S.n.], 1884. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31988>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MORAIS, Francisco. **Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil.** Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, 1949. Suplemento v. 4. Extraído de: Brasilia (suplemento ao v. IV).

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. **Parlamentares do Império.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.v. 1. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/36461>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PESSOA, Francisco Pinto. **Memoria HistoricaAcademica do anno de 1874 pelo Dr. Francisco Pinto Pessoa.** Recife: [S.n.], 1875. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31980>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PINTO JUNIOR, João José. **Memoria HistoricaAcademica dos acontecimentos notaveis da Faculdade de Direito do Recife durante o anno de 1865 pelo Dr. João José Pinto Junior, Lente substituto da mesma Faculdade.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31972>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PINTO JUNIOR, João José. **Memoria Historico-Academica dos acontecimentos notaveis da Faculdade de Direito do Recife durante o anno de 1876, apresentada á Congregação da mesma Faculdade em 7 de Maio de 1877.** Recife: [S.n.], 1877. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31982>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PINTO JUNIOR, João José. **Memoria Historica dos acontecimentos notaveis do anno de 1884, apresentada em sessão da Congregação de 2 de Março de 1885 pelo Dr. João José Pinto Junior.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31989>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PORTELLA, Manoel do Nascimento Machado. **Memoria Historica apresentada á Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito do Recife em 20 de maio de 1859 pelo Doutor Manoel do Nascimento Machado Portella.** Recife: Typographia Universal, 1859.

Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31787>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PORTELLA, Manoel do Nascimento Machado. **Memoria Historico-Academica do anno de 1869 lida perante a Congregação pelo Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella**. Recife: [S.n.], 1870. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31976>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PORTELLA JUNIOR, Manoel do Nascimento Machado. **Memoria Historica relativa ao anno de 1891 apresentada á Congregação da Faculdade de Direito do Recife em 1 de Abril de 1892 pelo Lente cathedratico Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella Junior**. Texto extraído da Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, Ano 2, 1892. Recife: Typographia de F. P. Boulitreau, 1892. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32383>>. Acesso em: 15 dez. 2019..

REGO, Vicente Pereira do. **Memoria Historica Academica apresentada á Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito do Recife pelo Dr. Vicente Pereira do Rego, Lente catedrático da terceira cadeira do quinto anno**. Recife: [S.n.], 1868. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31974>. Acesso em: 15 dez. 2019.

RODRIGUES, Antonio Coelho. **Memoria Historica de 1875**. Recife: [S.n.], 1876. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31981>. Acesso em: 15 dez. 2019.

RODRIGUES, Antonio Coelho. **Memoria Historico-Academica dos acontecimentos notaveis da Faculdade de Direito do Recife durante o anno de 1878, apresentada á Congregação da mesma Faculdade em 26 de Abril de 1879 pelo Dr. Antonio Coelho Rodrigues**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31984>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SEABRA, José Joaquim. **Memoria Historica-Academica do anno de 1881, lida perante a Congregação pelo Dr. José Joaquim Seabra, Lente substituto**. Recife: [S.n.], 1882. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31986>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SILVA, João Thomé da. **Memoria Historico-Academica apresentada no anno de 1872 pelo Dr. João Thomé da Silva, Lente substituto da mesma Faculdade**. Recife: [S.n.], 1872. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31978>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SOUZA, João Silveira de. **Memoria HistoricaAcademica apresentada á Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito do Recife na primeira sessão do corrente anno pelo Dr. João Silveira de Souza**. Recife: [S.n.], 1867. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31973>. Acesso em: 19 dez. 2019.

[S.N.] **TABLES des Actes publics de la Faculté de droit d'Aix-en-Provence: liste des thèses soutenues pour obtenir la licence de droit: 1816-1880**. Aix-en-Provence: [S.l.]:[S. n.], [18-?]. Disponível em: <https://odyssee.univ-amu.fr/items/show/236>. Acesso em: 17 fev. 2020. Manuscrito.

TAVARES, Jeronimo Vilella de Castro. **Memoria HistoricaAcademica do anno de 1862 apresentada á Faculdade de Direito do Recife pelo Dr. Jeronimo Vilella de Castro Tavares**,

Lente da 2.^a Cadeira do 2.^o ano, no 1^o de março de 1863. Recife: Typographia Universal, 1863. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31756>. Acesso em: 15 dez. 2019.

TAVARES, Joaquim Vilella de Castro. **Memoria-HistoricaAcademica apresentada á Congregação dos Lentes da Faculdade de Direito na primeira sessão do corrente anno, pelo Doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares.** Recife: Typographia Universal, 1856. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31781>. Acesso em: 15 dez. 2019.

UNIVERSITÉ D'AIX-MARSEILLE (1409-1973). **Table alphabétique des gradués ayant soutenu leurs thèses devant la faculté de droit d'Aix, depuis l'année 1814 jusqu'à l'année 1880.** Aix-en-Provence: s.n., 1922. Disponível em: <https://odyssee.univ-amu.fr/items/show/235>. Acesso em: 17 fev. 2020. Manuscrito.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo:** 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (manuscritos)

Atas da Congregação(não publicado).

Correspondencia do Ministro com o Director do Curso Juridico (1828-1868) (não publicado).

Livro de termo de posse da Faculdade de Direito do Recife (1828-1930)(não publicado).

Livro de certidão de idade da Faculdade de Direito do Recife (1831)(não publicado).

Livro de registro dos diplomas e títulos de todos empregados no corpo jurídico da Faculdade de Direito do Recife (1828-1912)(não publicado).

Livro de registro de diplomas de bacharéis da Faculdade de Direito do Recife (1832 - 1848) (não publicado).

Livro de registro de diplomas de bacharéis da Faculdade de Direito do Recife (1833 - 1925)(não publicado).

Livro de registro de diplomas de bacharéis da Faculdade de Direito do Recife (1850 - 1858)(não publicado).

Livro de registro de diplomas de bacharéis da Faculdade de Direito do Recife (1858 - 1881)(não publicado).

Livro de Registro de diplomas de Doutores(1833-1883)(não publicado).

Livro de termo de concursos referente a lente substituto da Faculdade de Direito do Recife (1856 - 1887)(não publicado).

Livro de termo de concurso referente a Lente substituto, professor catedrático e a docente livre da Faculdade de Direito do Recife (1887-1914)(não publicado).

